



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um, às dez horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet, em razão das medidas de contenção da pandemia da COVID-19, a Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, sob a presidência da Sra. Ana Carolina Souza do Bomfim, representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), contando com a presença dos representantes do **Poder Público**: Ivonilton de Araújo Mendonça (Titular) – Receita Federal do Brasil (RFB), Wendell Petrocelli de Lima (Titular) – Marinha do Brasil, Joése de Andrade Bandeira Leandro – Administração do Porto de Maceió; da **Classe Empresarial**: Maurício Eduardo de Toledo (Titular) e Angelino Caputo e Oliveira (Suplente) – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA); e Aluízio de Souza Sobreiro (Titular) – Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); e dos **Trabalhadores Portuários**: José Fernandes Costa Neto (Suplente) – FNE, Jabson Levino Silva (Suplente) – FNP; **Convidados Permanente**: José Y Plá Trevas – ANTAQ; **Convidados**: Fábio Saboia – Assessor Comercial da APMC e André Macena – SINDANEAL.

Item 1.0 – Expediente:

• **Subitem 1.1 – Confirmação da Lista de Presença e verificação de quórum regimental.** Verificadas as presenças, foi constatado quórum para a realização da Reunião Ordinária.

• **Subitem 1.2 – Apresentação e Posse dos Conselheiros.** Após as devidas apresentações, a Presidente deu posse aos representantes abaixo relacionados, pelo período de 2 (dois) anos, ficando registrando que os termos de posse serão encaminhados aos envolvidos, por correio eletrônico, com vistas à assinatura e posterior restituição para arquivo deste Colegiado:

- Ivonilton de Araújo Mendonça (Titular), indicado pela Receita Federal do Brasil, Portaria nº 164, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2021;
- Wendell Petrocelli de Lima (Titular), indicado pela Marinha do Brasil, conforme Portaria nº 24, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2021;
- Joése de Andrade Bandeira Leandro (Titular), indicado pela Administração do Porto de Maceió, conforme Portaria nº 2.355, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2021;
- Maurício Eduardo de Toledo (Titular) e Angelino Caputo e Oliveira (Suplente), indicados pela ABTRA, conforme Portaria nº 697, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2021;



- Aluisio de Souza Sobreiro (Titular), indicado pela AEB, conforme Portaria nº 2.357, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2020;
- José Fernandes Costa Neto (Suplente), indicado pela FNE, conforme Portaria nº 189, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2021; e
- Jabson Levino Silva (Suplente) - indicado pela FNP, conforme pela Portaria nº 361, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021.

A Presidente justificou o tempo decorrido para realização da Reunião, informando que, desde sua designação como representante do Governo Federal no Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, vem tentando atualizar as representações, já que a maior parte estava com mandato vencido. O Conselheiro Jabson Levino registrou que foi convocado para a reunião em cima da hora, não conseguiu comunicar aos demais representante da FNP, e que, por isso, irá participar como observador, porque não teve tempo hábil para analisar a pauta e se preparar para as discussões. Em seguida, ressaltou que, nos anos anteriores, enquanto não era publicada a nomeação ou a renovação por parte do Ministério, continuavam os membros anteriores representados. A Presidente explicou que a designação dos representantes da FNP foi publicada no DOU horas antes da reunião, e que, imediatamente, solicitou que a Secretaria do CAP/Tânia para convidá-los, e ela conseguiu avisar o senhor Jabson a tempo para participar da reunião. Registrou que de forma alguma a intenção era de prejudicar a representação dos trabalhadores. A Presidente explicou ainda que convidar membros com o mandato vencido não é uma boa prática e que não irá adotá-la em sua gestão. O Conselheiro Aluizio de Souza registrou que também tomou conhecimento da reunião em cima da hora, relatando que esses problemas acontecem. Prosseguindo, a Presidente registrou que as representações do Município, da Anvisa, da Associação Comercial, ABTP e do Sindicato dos Operadores estão com mandatos vencidos, apesar de ter reiterado por diversas vezes, e que os demais representantes que não estão presentes receberam o convite, mas não justificaram a ausência.

- **Subitem 1.3 – Comunicações e avisos.** O Conselheiro Maurício Toledo registrou que em outros Portos foi criado grupo do CAP no WhatsApp, o que é interessante para divulgação dos trabalhos realizados, assim como LinkedIn, para divulgar as boas notícias do Porto. A Presidente registrou que no item assuntos gerais, irá apresentar uma série de pontos para discutir o melhor funcionamento do CAP e um deles é a criação do grupo de WhatsApp.

Item 2.0 – Ordem do Dia:

- **Subitem 2.1 – Arrendamentos de Áreas previstos no PPI.** A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Joése de Andrade que, antes de iniciar ordem do dia, destacou o empenho da Presidente Ana Carolina para que essa reunião acontecesse e que o CAP/Maceió retomasse suas atividades, agilizando o envio de diversos e-mails e o esforço para que essa reunião fosse presencial, mas isso não foi possível em virtude do lockdown que vivemos em diversos estados. Em seguida, iniciou apresentação sua apresentação, compartilhando slide com a imagem do



Porto Maceió para melhor visualização das áreas operacionais (AO). Registrou que as últimas obras de infraestrutura do Porto foram realizadas em 2010, a Construção do Cais de Contêineres e em 2018, a Dragagem, que garante hoje a profundidade na acostagem dos berços. Continuou explicando que o Porto de Maceió é de acesso fácil com 8 berços de atracação. O TGL (Terminal de Graneis Líquidos) foi construído em 1995 com 2 berços, um voltado para dársena, parte interna, e a outra parte externa que são os berços 7 e 8, no entanto, o berço 8 desde 1995 nunca funcionou. Registrou que, na semana anterior, se reuniu com a capitania dos Portos e a Praticagem para buscar solução de tornar o berço 8 operacional, meta a ser realizada até 2022. Prosseguiu, relatando que todos os arrendamentos do Porto de Maceió previstos estão qualificados no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Pontuou que o atual governo tem dado uma prioridade muito grande aos investimentos privados e, por conta disso, a área MAC10 (AO-09), com cerca de 4.000 m², foi leiloada no dia 18 de dezembro de 2020, cuja vencedora do certame foi a TIMAC Agro, para utilização de um terminal para operação de ácido sulfúrico. Informou que já iniciaram o levantamento da área e alguns serviços básicos e que, nos próximos 12 a 18 meses, a operação desse terminal irá iniciar. Informou que estão previstos mais 4 leilões para 2021, em processos já bem avançados no TCU, na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e na ANTAQ. São eles: áreas MAC 11 (AO-07) e MAC 12 (AO-11), terminais de graneis líquidos, hoje arrendados com contratos não regularizados para a Petrobras e a Ipiranga e o Pool de empresas Raízen, respectivamente; área MAC13 (AO-06), terminal açucareiro, onde se situa hoje a EMPAT; área MAC 14 (AO-03), terminal de cavaco de madeira. Em relação a esta área, registrou que foi procurado pela CAETEX, quando tinha acabado de assumir o cargo de Administrador, e que com a ajuda de vários assessores, conseguiu em um tempo recorde aprovar e incluir dentro da PPI. Registrou, ainda, outras perspectivas para a utilização das demais áreas. Em relação à área AO-01, a partir de junho de 2020, será realizado arrendamento com contrato transitório. O certame licitatório será lançado na semana seguinte, para apoio OFFSHORE, com autorização da ANTAQ, observada a Resolução Normativa nº07 de 2016 da ANTAQ. Registrou que esse arrendamento é importante porque irá propiciar um aumento das atividades e receitas operacionais do Porto. Em relação à área AO-04, para movimentação de sal, informou que está sendo elaborado o processo simplificado para a assinatura de um contrato de transição por 180 dias. No futuro, será estudado se continuará com contrato temporário ou permanente para utilização dessa área como arrendamento. Além disso, como perspectiva, informou que o interesse da Empresa Craíbas para exportação de sulfato de cobre pelo Porto de Maceió. Em relação as outras áreas ainda disponíveis, há perspectivas de utilização para derivados de petróleo (GLP). Informou que o Assessor Comercial da APMC, Fábio Saboia, muito diligentemente tem conduzido com empresários no mercado não só regional, mas nacional como um todo. As perspectivas para 2021, 2022 e até 2023 são bastante boas. Informou que, recentemente, o Moinho Centro Norte reestabeleceu a operação na cidade de Maceió, voltando a operar o trigo (cerca de 50 mil toneladas de trigo importado), com perspectiva de uma possível silagem no Porto de Maceió, e a APMC quer solidificar essa atividade. Com relação a movimentação do sal, esclareceu que existe um subsídio para a importação do Chile e que muito se pergunta o porquê de importar o sal chileno, já que Rio



Grande do Norte é um grande exportador de sal. Esclareceu que, após ter oportunidade de ver o sal do Rio Grande do Norte e o sal chileno no Porto de Maceió, verificou a superioridade deste. Assim, pontuou a importância da retomada da planta da BRASKEM na cidade de Maceió que vai funcionar com o sal importado do Chile e que tem grande perspectiva de movimentação no Porto. Concluída a apresentação do Conselheiro Joése de Andrade, a Presidente informou que quinzenalmente são realizadas reuniões de monitoramento com todas as áreas envolvidas no Ministério da Infraestrutura, além de ANTAQ, EPL e PPI. Complementou que na última reunião foi informado que para as áreas MAC 11 e 12, as contribuições da audiência pública foram encerradas em 24/03/2021 e estão sendo analisadas pela SNPTA e ANTAQ; o processo da área MAC13 tem previsão de sair do TCU na próxima semana, após pedido de vista; o processo da área MAC14 foi protocolado no TCU em 19/03/2021, com previsão de apreciação até 120 dias. Sobre a movimentação do sal, o Conselheiro Jabson Levino registrou que na última reunião do CAP, em dezembro de 2019, este foi um dos assuntos que ficaram pendentes, especificamente se seria arrendamento ou cobrança de armazenagem, o valor a ser cobrado. Aproveitando, registrou que é de praxe que todas as reuniões do CAP, a Ata anterior seja lida e aprovada, e que também ficou pendente a questão das cobranças da tarifa do porto seco e estacionamento, e que foi criada uma comissão designada para levantamento dessas cobranças por se tratar, no seu entendimento, de renúncia tarifária. Para ele, as determinações da ANTAQ devem ser respeitadas e cumpridas. Sobre os arrendamentos para o porto de Maceió, em sua opinião, os valores dos arrendamentos estão altamente defasados. Em seguida, indagou ao Conselheiro Joése de Andrade sobre valores cobrados da movimentação do sal à empresa BRASKEM que, em sua opinião, vem destruindo a cidade de Maceió e sobre as cobranças do porto seco. A presidente solicitou à secretaria do CAP que na próxima reunião a referida ata fosse lida. Prosseguindo, o conselheiro Joése de Andrade registrou que, pelo tempo decorrido, concorda e acha importante que seja lida, mas que discorda que deve ser aprovada, uma vez que não participou à época das discussões.

• **Subitem 2.2. Perspectivas operacionais/comerciais para o Porto de Maceió.** O Conselheiro Joése de Andrade esclareceu que apresentou todas as considerações do assunto no item anterior.

• **Subitem 2.3. Dificuldades devido à pandemia do COVID-19.** A Presidente informou que convidou a Coordenadora da ANVISA local, Sr. Monica, para participar desta reunião, mas que devido gravidade da situação da pandemia, acredita que não foi possível sua participação. Prosseguindo, o Conselheiro Joése de Andrade registrou, com pesar, o falecimento do colaborador do Porto de Maceió, Sr. Cláudio Antônio, Chefe do Setor Administrativo, vitimado pelo COVID-19, destacando que era um excelente profissional, amigo, honesto, pessoa do bem. O Conselheiro Mauricio Toledo, em nome dos membros do Conselho, registra as condolências ao colaborador falecido. O Conselheiro Jabson Levino estendeu as condolências aos colaboradores do Porto de Maceió: Cláudio, Milton Jorge, ex-conselheiro do CAP/Maceió, Gil Vicente, Reinaldo, Gilson, entre outros trabalhadores avulsos, todos vítima do COVID19. Ainda, solicitou da Administração do Porto mais fiscalização, exigindo o uso dos EPI's e mais controles nos acessos de pessoas das empresas privadas dentro do Porto, inclusive os caminhoneiros em relação ao uso de máscara. A Presidente indagou quais são as medidas que estão sendo tomadas



pelo Porto de Maceió no combate a pandemia. O Conselheiro Joése de Andrade respondeu que várias medidas foram tomadas, como o uso obrigatório de máscara, aferição de temperatura no acesso ao Porto, distribuição de álcool em gel, revezamento de pessoal e que todas as determinações da ANVISA e do Governo Federal estão sendo cumpridas. Ressaltou que, durante o último ano da pandemia, houve apenas um caso de transmissão dentro do Porto e que, em todos os casos de falecimento, a contaminação aconteceu fora do ambiente portuário, porém não tem informações com relação ao pessoal das arrendatárias. Em seguida, passou a palavra ao convidado Sr. André Macena, presidente da SINDANEAL, que explicou que, em relação à tripulação dos navios atracados no porto de Maceió, estão cumprindo todos os protocolos exigidos e que, até a presente data, não houve nenhum registro de contaminação do COVID-19, incluindo o pessoal que trabalha nas agências de navegação. O Conselheiro Joése de Andrade complementou, informando que já foram realizados três procedimentos de desinfecção em todas as áreas comuns do Porto. O Conselheiro Jabson Levino registrou que discorda dessas informações, pois não foi realizado nenhum levantamento para apuração de contaminação dentro do Porto, ressaltando ainda que vários trabalhadores portuários não cumprem o protocolo exigido com relação ao uso de máscara, uso de álcool em gel e que o número de óbitos é grande em comparação ao quantitativo de funcionário. A Presidente ressaltou a importância de que sejam reforçadas as medidas sanitárias, de fiscalização e de conscientização dos trabalhadores, indagando aos demais Conselheiros se tem algo a contribuir. O Conselheiro Angelino Oliveira fez uma explanação das medidas de proteção tomadas no Porto de Santos, onde foram realizadas campanhas de conscientização dos trabalhadores portuários. A Presidente ressaltou que a SNPTA está monitorando essa situação junto às Autoridades Portuárias, e que o Ministério da Infraestrutura está envidando esforços para a priorização da vacinação dos portuários.

Item 3.0 – Assuntos Gerais. Finalizada a Ordem do Dia, a Presidente franqueou a palavra aos conselheiros e convidados para abordagem de outros assuntos:

- **Revisão do Regimento Interno.** A Presidente indagou se todos concordam com a revisão do Regimento Interno do CAP/Maceió, tendo em vista que a última versão foi aprovada em 2014. A proposta foi aceita com unanimidade. Especificamente em relação ao quantitativo de reuniões, que atualmente são trimestrais, a Presidente sugeriu que estas sejam mensais ou bimestrais, para melhor acompanhamento e eficácia do funcionamento do CAP. A proposta de que as reuniões sejam realizadas bimestralmente foi aceita por unanimidade.

- **Calendário de Reuniões.** A Presidente apresentou proposta de calendário que, após apreciação e análise de todos, ficou acordado que as reuniões serão realizadas nas primeiras terças feiras do mês, bimestralmente, sendo a próxima no dia 04 de maio.

- **Unidade do CAP no SEI/Site/Grupo de WhatsApp.** A Presidente sugeriu que fosse criada unidade do CAP de Maceió no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Porto de Maceió, facilitando o acesso aos documentos e garantindo agilidade, segurança e transparência

para os trabalhos do CAP. O Conselheiro Joése de Andrade informou que poucos utilizam esta ferramenta no Porto, mas que irá contactar a Assessoria de Informática e a CODERN.



objetivando a criação da unidade. A presidente solicitou, também, a criação de espaço no site do Porto para os assuntos do CAP, a fim de dar transparência e publicidade aos trabalhos. Além disso, sugeriu a criação de um grupo no WhatsApp com componentes do CAP. Todas as propostas foram aceitas pelos Conselheiros.

- **Pauta fixa.** A presidente propôs que em todas as reuniões do CAP tivessem itens fixos na Pauta, sendo: 1) Relatório mensal de movimentação do Porto de Maceió, com comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior; 2) Manutenção da infraestrutura terrestre, elétrica e aquaviária do Porto de Maceió; e 3) Principais assuntos debatidos pelo CONSAD/CODERN. Sobre este último item, a presidente indagou se o Porto de Maceió tem aceno no CONSAD. O Conselheiro Angelino Oliveira indagou com relação a representatividade empresarial de Alagoas junto aos Conselhos da CODERN. O Conselheiro Joése de Andrade explicou que a Companhia é uma só e que a Administração do Porto tem aceno sim no Conselho de Administração e que os representantes empresarial e dos trabalhadores no Conselhos de Administração são representados pelos indicados locais. Sobre a situação do Porto de Maceió na CODERN, o Conselheiro Aluizio enfatizou que a visão é discutir o assunto com conhecimento de causa com transparência, mas sempre projetando o futuro e que, apesar do CAP ser apenas consultivo, quando aqui estamos exercemos uma função pública, respondendo pelas ações, mas também por omissões, nosso papel é contribuir.

- **Resolução 32/2019 da ANTAQ.** O Conselheiro Angelino Oliveira solicitou informações sobre o atendimento da Resolução 32/2019 da ANTAQ pela CODERN, sugerindo transparência na questão da base cálculo. O Conselheiro Joése de Andrade irá buscar essas informações e irá apresentar, na próxima reunião, como está o andamento dos trabalhos. O representante da ANTAQ José Trevas sugeriu a intermediação junto ao Sr. Rafael, Superintendente da ANTAQ/Recife com o setor de Regulação em Brasília para esclarecimentos adicionais com relação Resolução 32, inclusive com a participação do Sr. Bruno na próxima reunião do CAP para melhores esclarecimentos. A presidente propôs que, após discussão do assunto na próxima reunião, se por acaso restar dúvidas sobre o assunto, convidará o sr. Bruno Pinheiro.

- **Participação de Conselheiro Suplente.** O Conselheiro Angelino Oliveira indagou se as reuniões por videoconferência podem participar titular e suplente ao mesmo tempo, pois nas reuniões presenciais apenas um poderia participar. Foi verificado que o Regimento Interno não proíbe a participação de ambos. A Presidente informou que no seu entendimento não há problema, quanto mais contribuições melhores.

- O Conselheiro Jabson Levino registrou que a CODERN vem inviabilizando a mão de obra do Porto de Maceió, retirando vários direitos trabalhistas dos trabalhadores portuários, como adicional de risco, descanso semanal remunerado, estando o sindicato recorrendo à Justiça Trabalhista, enfatizando que os portuários são vítimas desse processo.

- O participante convidado, Sr. Fabio Saboia, agradeceu sua participação se colocando à disposição do Colegiado.

- O Conselheiro Joése de Andrade fez um agradecimento especial à toda comunidade



portuária pelos índices alcançados pelo Porto de Maceió, com um aumento na movimentação de carga de 15% em relação a 2019, aumento de 30% no faturamento, comparando 2019 a 2020 e uma redução de 60% nos custos de contratos e fornecedores, permitindo pagamento de todas as contas em 2020, inclusive pagamento de um reajuste aos colaboradores de 4,25% devido desde 2018, fechando as contas de 2020 de maneira positiva e espera que 2021 seja melhor.

- A Presidente registrou os pontos de pauta para próxima reunião, além daqueles que foram aprovados como permanentes: 1) Relatório mensal de movimentação do Porto de Maceió, com comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior; 2) Manutenção da infraestrutura terrestre, elétrica e aquaviária do Porto de Maceió; 3) Principais assuntos debatidos pelo CONSAD/CODERN; 4) Revisão do Regimento Interno; e 5) Atualização sobre os trabalhos para atendimento da Resolução 32/2019 da ANTAQ.

Item 4.0 – Encerramento dos Trabalhos. Não havendo outro assunto a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Vigésima Primeira Reunião Ordinária do CAP do Porto de Maceió, da qual eu, Tânia Maria Ferreira Silva de Melo, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pela Presidente e pelos Conselheiros presentes.

Ana Carolina Souza Bomfim

Membro Titular

Representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura

Ivonilton de Araújo Mendonça

Membro Titular

Representante da Receita Federal do Brasil

Wendell Petrocelli de Lima

Membro Titular

Representante da Marinha do Brasil

Joése de Andrade Bandeira Leandro

Membro Titular

Representante da Administração do Porto de Maceió (APMC)

Maurício Eduardo de Toledo

Membro Titular

Representante dos Titulares de Arrendamentos De Instalações Portuárias (ABTRA)

Angelino Caputo e Oliveira

Membro Suplente

Representante dos Titulares de Arrendamentos de Instalações Portuárias (ABTRA)

Aluisio de Souza Sobreiro

Membro Titular

Representante dos Usuários dos Serviços Portuários (AEB)

José Fernandes Costa Neto

Membro Suplente

Representante dos Trabalhadores Portuários Avulsos (FNE)

Jabson Levino Silva

Membro Suplente

Representante dos Trabalhadores Portuários(FNP)

Tania Maria Ferreira Silva de Melo

Secretária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió

Em atendimento às medidas de isolamento social, esta Ata não traz a assinatura física de todos os signatários, os quais têm plena ciência de seu conteúdo. Em sua 22ª Reunião Ordinária, de 18 de maio de 2021, o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió determinou a publicação deste documento no site da Administração do Porto de Maceió, apenas com a assinatura da Secretária do Conselho, até que se normalize a atual situação do enfrentamento mundial à pandemia do coronavírus.